



Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência

Este documento contém as principais diretrizes nacionais vigentes relacionadas a assistência às mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

Estas normativas são fundamentais para a compreensão das políticas vigentes e da execução qualificada das ações, dentre elas as notificações dos casos de violência, a organização dos fluxos de serviços de referência para violência, os procedimentos e os direitos das mulheres em relação aos cuidados em saúde nas situações de violência.

As seções estão divididas entre leis, portarias, decretos e normas técnicas. Também estão disponibilizados manuais e links do Ministério da Saúde para cadastramento dos serviços no SCNES e solicitação de habilitação.

*Coordenação de Saúde das Mulheres - COSMU
DAPES/SAPS/Ministério da Saúde
Junho de 2019*



LEIS

Lei	Argumento	Link
10.778, de 24 de novembro de 2003	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm
11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha)	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
12.845, de 1º de agosto de 2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm
13.772, de 19 de dezembro de 2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm
13.718, de 24 de setembro de 2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm



PORTARIAS

Portaria	Argumento	Link	Portaria de Consolidação (PCR) ***
1.508, de 1º de setembro de 2005	Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito SUS	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html	Portaria De Consolidação Nº 5, De 28 De Setembro De 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. TÍTULO V - Da Atenção A Agravos Específicos; CAPÍTULO VII Do Serviço De Atenção Às Pessoas Em Situação De Violência Sexual; Seção II Do Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos Casos Previstos em Lei. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html
485, de 1º de abril de 2014	Redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do SUS; considerando os tratados e convenções internacionais e as políticas nacionais que tratam do enfrentamento à violência sexual	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html	Portaria De Consolidação Nº 5, De 28 De Setembro De 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. TÍTULO V - Da Atenção A Agravos Específicos; CAPÍTULO VII Do Serviço De Atenção Às Pessoas Em Situação De Violência Sexual; Seção I Da Organização do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau delegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html



Portaria	Argumento	Link	Portaria de Consolidação (PCR) ***
1.271, de 6 de junho de 2014	Define a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html	Portaria de consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, que <i>consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do sistema único de saúde. (CAPÍTULO I, SEÇÃO I, II, ANEXO 2 DO ANEXO V)</i> http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html
618, de 18 de julho de 2014	Altera a tabela de serviços especializados do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) para o serviço 165 Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Violência Sexual e dispõe sobre regras para seu cadastramento	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau/legis/sas/2014/prt0618_18_07_2014.html	
2.415, de 7 de novembro de 2014	Inclui o procedimento Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e todos os seus atributos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2014/prt2415_07_11_2014.html	
288, de 25 de março de 2015	Estabelece orientações para a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios	http://www.brasilssus.com.br/imagens/portarias/marco2015/dia26/portinter288.pdf	



Portaria	Argumento	Link	Portaria de Consolidação (PCR) ***
1.662, de 02 de outubro de 2015	Define critérios para habilitação para realização de Coleta de Vestígios de Violência Sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), inclui habilitação no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e cria procedimento específico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau_delegis/gm/2015/prt1662_02_10_2015.html	
204, de 17 de fevereiro de 2016	Lista Nacional e Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. A notificação compulsória deve ser realizada por médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau_delegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html	PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 4, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. <i>Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do sistema único de saúde. Anexo V sistema nacional de vigilância epidemiológica (SNVE); capítulo I, da lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública; seção I das disposições iniciais</i> http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau_delegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html
1.786, de 7 de setembro de 2016	Altera o prazo estabelecido na Portaria nº 2.415/GM/MS, de 7 de novembro de 2014.	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sau_delegis/gm/2016/prt1786_07_09_2016.html	

*** Em 2017, foram analisadas mais de 18.000 portarias editadas pelo Gabinete do Ministro da Saúde, que, após categorização, resultaram em 749 portarias que passaram nos critérios para consolidação, ou seja, foram consideradas de conteúdo normativo e de efeitos permanentes ou duradouros. Assim, foram publicadas seis Portarias de Consolidação que sistematizam as 749 portarias. Importante destacar que, quando se diz que a portaria foi revogada por consolidação, significa que, embora a portaria não esteja mais vigente, seu conteúdo foi consolidado e, portanto, está inserido em uma das PRCs.



DECRETOS

DECRETO	Argumento	Link
7.958, de 13 de março de 2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm

NORMAS TÉCNICAS

NORMA TÉCNICA	Link
Atenção Humanizada ao Abortamento, 2011	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf
Aspectos Jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual – Perguntas e respostas para profissionais de saúde, 2011	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aspectos_juridicos_atendimento_vitimas_violencia_2ed.pdf
Prevenção e Tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, 2012	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf
Atenção Humanizada às Pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios, 2015	http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/norma-tecnica-versaoweb.pdf



MANUAIS PARA CADASTRAMENTO E HABILITAÇÃO

O quê	Para quê	Link
Manual de Preenchimento SCNES	Fornecer orientações aos Gestores Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde, para realização do cadastramento dos Estabelecimentos de Saúde ambulatoriais e hospitalares instalados no território nacional	http://cnes.datasus.gov.br/pages/downloads/docu-mentacao.jsp
Área técnica de saúde da mulher/Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência	Manual SAIPS para habilitação de coleta de vestígios; modelos de documento para solicitação de habilitação de coleta de vestígios	http://www.saude.gov.br/repasses-financeiros/saips/areas-tecnicas